



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CAPÍTULO I  
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1. OBJETO**

01 (uma) Prensa Enfardadeira para materiais recicláveis como papel, plástico e latinhas de alumínio. Dimensões mínimas da prensa de: 1250 mm (largura), 3200 mm (altura) e 1000 mm (comprimento), e para o fardo de: 1150 mm (largura), 800 mm (altura) e 750 mm (comprimento), motor de no mínimo 15 CV, potência hidráulica nominal mínima de 30 toneladas e peso mínimo para o fardo de 400 kg para papelão e 250 kg de pet. até 400 kg de papelão e 250 kg de Pet, motor 15 CV 30 T, com 02 cilindros hidráulicos; Nova, garantia de um ano. Manual de operação e manutenção escrito na língua portuguesa.

01 (uma) Esteira em lona emborrachada para transporte oriundo da coleta seletiva, com as seguintes dimensões mínimas: 10 metros lineares de comprimento, 1,30 metros de largura (sendo no mínimo 1 metro útil) e 1 metro de altura.

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição / Especificação
1	01	Um equipamento	01 (uma) Prensa Enfardadeira para materiais recicláveis como papel, plástico e latinhas de alumínio. Dimensões mínimas da prensa de: 1250 mm (largura), 3200 mm (altura) e 1000 mm (comprimento), e para o fardo de: 1150 mm (largura), 800 mm (altura) e 750 mm (comprimento), motor de no mínimo 15 CV, potência hidráulica nominal mínima de 30



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

			toneladas e peso mínimo para o fardo de 400 kg para papelão e 250 kg de pet. até 400 kg de papelão e 250 kg de Pet, motor 15 CV 30 T, com 02 cilindros hidráulicos;Nova, garantia de um ano. Manual de operação e manutenção escrito na língua portuguesa.
2	01	Um equipamento	01 (uma) Esteira em lona emborrachada para transporte oriundo da coleta seletiva, com as seguintes dimensões mínimas: 10 metros lineares de comprimento, 1,30 metros de largura (sendo no mínimo 1 metro útil) e 1 metro de altura.

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é o período do prazo de Garantia dos Equipamentos, de 1 (um) ano.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS**

**3.1.** Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- ( x ) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

## **CAPÍTULO II**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E  
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

O Município de São Borja implementou o serviço de coleta seletiva em 2018, abrangendo todo o perímetro urbano e encaminhando os materiais coletados às atividades de reciclagem (lixo seco reciclável).

Diante do crescente volume de materiais recicláveis processados, surge a necessidade premente de investir em equipamentos para aprimorar a eficiência do processo de reciclagem. Para isso foi solicitado à Prefeitura a aquisição de uma Prensa Enfardadeira e uma Esteira, visando a compactação dos materiais recicláveis, para sua posterior comercialização.

*Portanto, a aquisição da prensa enfardadeira e da esteira é crucial para auxiliar e otimizar as atividades relacionadas às atividades de reciclagem (lixo seco reciclável).*

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**5.1.** A solução proposta é a aquisição dos dois equipamentos a serem cedidos para uso das atividades de reciclagem. Serão adquiridos os seguintes equipamentos:

\* 01 (uma) Prensa Enfardadeira para materiais recicláveis como papel, plástico e latinhas de alumínio. Dimensões mínimas da prensa de: 1250 mm (largura), 3200 mm (altura) e 1000 mm (comprimento), e para o fardo de: 1150 mm (largura), 800 mm (altura) e 750 mm (comprimento), motor de no mínimo 15 CV, potência hidráulica nominal mínima de 30 toneladas e peso mínimo para o fardo de 400 kg para papelão e 250 kg de pet. até 400 kg de papelão e 250 kg de Pet, motor 15 CV 30 T, com 02 cilindros hidráulicos; Nova, garantia de um ano. Manual de operação e manutenção escrito na língua portuguesa.

\* 01 (uma) Esteira em lona emborrachada para transporte oriundo da coleta seletiva, com as seguintes dimensões mínimas: 10 metros lineares de comprimento, 1,30



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

metros de largura (sendo no mínimo 1 metro útil) e 1 metro de altura.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1. A aquisição da prensa e da esteira, para serem utilizados na reciclagem, será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.**

---

Os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

A prensa e a esteira têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**As especificações técnicas da prensa e da esteira deverão atender o que está previsto no Termo de Referência. Esses requisitos visam garantir que os equipamentos atendam às necessidades da cooperativa e promovam eficiência no processo de reciclagem.**

---

<b>CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>
---

## **7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1.** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**8.1. PRAZO**

Prazo de entrega de até 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

**8.2. LOCAL E HORÁRIO**

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail [dmpd@saoborja.rs.gov.br](mailto:dmpd@saoborja.rs.gov.br)

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)**

O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano, a contar do recebimento definitivo.

Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para o(a) Prefeitura Municipal de São Borja, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 01 (um) ano, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação. (o prazo de substituição ou reparo do objeto deve ser menor ou igual ao prazo da entrega).

**CAPÍTULO IV**

**DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**12.1.** Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.2.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**12.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**12.4.** O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**12.5.** O responsável pela fiscalização do contrato será Franciele Lacortt Gloger, Assessora Especial, [meioambiente@saoborja.rs.gov.br](mailto:meioambiente@saoborja.rs.gov.br), (55) 3431 – 4090, R 255, e seu substituto será Rozangela de Brum, Agente Administrativo, [meioambiente@saoborja.rs.gov.br](mailto:meioambiente@saoborja.rs.gov.br), (55) 3431 – 4090, R 255.

### **13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES**

**13.1.** O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

**14.1.** O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**14.2.** A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**14.3.** O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

**15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

## **16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

**16.1.** O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 15(quinze) dias após a liquidação definitiva realizada pelo Departamento de Material, Patrimônio e Documentos.

## **CAPÍTULO VI**

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

## **17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**17.1.** Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a modalidade da contratação é pregão eletrônico e o critério de julgamento é menor preço por item.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**17.2.** Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de menor preço por item, sendo dois itens, cada um será avaliado conforme o seu preço, exigidos neste Termo de Referência.

**18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

**18.1.** A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

**18.1 AMOSTRA**

☒ Não                      ☐ Sim

**18.2 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE**

☐ Não                      ☒ Sim

Certificado, manual ou outro documento técnico elaborado pelo fabricante que viabilize a análise das especificações do objeto ofertado e/ ou documento extraído de consulta realizada pela internet na página oficial do fabricante. Nesse caso, deverá ser indicado o endereço eletrônico do fabricante, com menção à página em que consta a informação apresentada.

**19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

( ) Sim (x) Não

**19.2 VISTORIA**

( x ) Não                      ( ) Sim                      ( ) Opcional                      ( ) Obrigatória.

**19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL**

**19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MES E EPPs**

Serão observadas as regras que a LC 123/2006 prevê.

**19.5 JUSTIFICATIVAS DAS VEDAÇÕES**

O art. 15 da Lei 14.133/21 prevê que pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, entretanto, como já elucidado na Fundamentação da Contratação este lote estará destinado a um único evento, não sendo razoável e proporcional que várias empresas procedam na execução do serviço sob a forma de consórcio, desta forma, não haverá tratamento diferenciado e simplificado (cotas) para as microempresas e empresas de pequeno porte previsto na Lei Complementar 123/2006 devido a divisão dos mesmos representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado;

Para que se proceda consorciamento, deverá o ente observar diversos fatores que ensejarão na demora no processo, sejam elas Capacidade Técnica e Financeira, Documentação Legal:, Experiência Prévia: Responsabilidade Solidária. Transparência e Comunicação:

Ainda, sobre o consorciamento, os consórcios muitas vezes envolvem uma estrutura administrativa complexa, exigindo acordos contratuais detalhados e uma coordenação rigorosa entre as empresas participantes. Se sua organização não possui a infraestrutura ou recursos para lidar com essa complexidade, é preferível buscar



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

alternativas mais diretas. Optar por empresas individuais em vez de consórcios pode simplificar a atribuição de responsabilidades. Isso facilita a definição clara de quem é responsável por cada aspecto do projeto, tornando a gestão e a supervisão mais diretas. Ao escolher empresas individuais, o Ente terá um controle operacional mais direto sobre cada contratado. Isso pode ser especialmente importante se a eficiência operacional e a resposta rápida a mudanças forem prioridades no projeto. Avaliar o desempenho individual de empresas pode ser mais direto do que avaliar o desempenho de um consórcio. Isso facilita a análise de conformidade e a tomada de decisões relacionadas a contratos e pagamentos.

Ainda, opina-se que se evite cooperativas nesse processo de licitação que poderá ser preferível por diversos motivos. Muitas vezes, cooperativas podem não ter a mesma capacidade financeira, técnica ou experiência que empresas tradicionais, o que pode afetar a execução eficiente do projeto. Além disso, a estrutura cooperativa pode gerar desafios na gestão e responsabilização, dificultando a tomada de decisões ágeis. A transparência e a prestação de contas podem ser mais complexas em cooperativas, o que pode representar riscos adicionais para o contratante.

## **20. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 23 da Lei 14.133/21.

A estimativa de preços abaixo relacionada está em conformidade com a pesquisa de preços apresentada em anexo realizada no sistema de licitacom.

O método de pesquisa utilizado foi o determinado pelo Art. 23. da nova lei de licitações:

A base legal para aquela pesquisa de preços está no Art. 23. da nova lei de licitações:

**Lei nº 14,133/2021.**

**Artigo 23.** O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**§1º** No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

- III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

Ainda, vejamos o Decreto Municipal nº 20.108, DE 28 DE AGOSTO DE 2023 que “Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de São Borja.” em especial nos seguintes artigos:

**Decreto nº 20.108/2023.**

**Art.3º.** A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

...

III - caracterização das fontes consultadas;

...

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

**Art.5º.** A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma **combinada ou não:**

...

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

...

Item	Quant	Unidade	Especificação	Valor unitário de referência
1	01	Unidade	<b>Prensa Enfardadeira para Materiais Recicláveis</b>	<b>R\$ 48.300,00</b>
2	01	Unidade	<b>Esteira em Lona Emborrachada</b>	<b>R\$ 43.980,00</b>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Presumindo a veracidade dos preços apresentados pelo departamento de compras. Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram rubricados pelo departamento de compras, são verdadeiros e representam o melhor resultado se pode obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Franciele Lacortt Gloger  
SMAMA  
São Borja, 27 de agosto de 2024.

**21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**21.1.** Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

**21.2..** (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 03 PRESERVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Função: 18 GESTÃO AMBIENTAL

Subfunção: 541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Programa: 122 AMBIENTE ECOLÓGICO

Projeto/Atividade: 2212 Manutenção do Fundo Municipal do Meio Am .

Elemento: 449052000000

Recurso: 2759



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**CAPÍTULO VII  
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 27 de agosto de 2024.

---

Franciele Lacortt Gloger  
Assessora Especial

---

Eugênio Dutra Otero  
Secretário

(    ) **Defiro**

(    ) **Indefiro**

**Eduardo Bonotto**  
**Prefeito de São Borja/RS**